

O Recurso Fílmico Como Fonte Historiográfica: um estudo do filme como documento para uma contra-análise da sociedade

Flávio Rodrigues de Oliveira

Resumo: Este artigo analisa o uso do recurso fílmico como fonte historiográfica nas pesquisas realizadas a partir da nova história. Assim um panorama sobre a questão do surgimento da corrente dos *Annales* é fundamental para o entendimento do tema proposto, uma vez que, notamos que uma abertura para a pesquisa de novos objetos de fontes históricas se deu a partir dessa corrente da historiografia francesa. Desse modo, iremos fazer uma breve apresentação sobre as questões pontuadas principalmente pela primeira corrente annalística, a partir de Marc Bloch, a saber, *Apologia da História ou o ofício de historiador* esse texto nos dará um suporte teórico para se pensar o cinema como fonte teórica. Mostrará também num segundo momentos a teoria de Marc Ferro, de que um filme pode servir como uma contra-análise da sociedade, por meio de uma fundamentação teórica pautada nas mentalidades, apêndice da história dos *Annales*. Destacaremos rapidamente a questões históricas que pontuaram o surgimento do cinema em fins do século XIX. Como num breve período de tempo, - comparado com outros fenômenos no campo da história - o cinema passou a ganhar um espaço maior e uma perspectiva diferente, ainda que, nos primórdios de seu surgimento tenha sido um grande alvo de críticas e estigmatizado pela classe intelectual da época. Segundo tais doutos, tratava-se, pois, de uma máquina de embrutecimento, vista somente por uma classe iletrada, mais humilde da camada social, que conseguiam se entreter com tais representações ilusórias. Apresenta uma breve discussão sobre o filme na perspectiva de apontar que este pode ser objeto para apresentar uma história que até então não estava nos livros didáticos, a saber, a dos marginalizados. Deste modo, o filme fixa uma relação que vai para fora de si mesmo e se estabelece na analogia com a realidade. E por fim, apresenta o filme como um recurso didático para as aulas de história, ou seja, apontaremos para o potencial transformador que o cinema nos oferece a partir da sua subjetividade para se pensar algumas temáticas para a história da educação.

Palavras-chave: História da Educação. Cinema. Fontes Históricas.

*Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu?
Bertold Brechet*

Neste artigo, buscamos enfatizar a importância do gênero fílmico como fonte documental nas pesquisas em história. A partir desse ponto pretendemos estabelecer uma contra-análise da sociedade, segundo a perspectiva de Marc Ferro (1975), em que o filme pode expor uma história diferente da que está sendo escrita nos livros didáticos. O autor propõe que seja feita uma contra-análise da sociedade, na medida em que o filme rompe com os limites da história positivista e traz essa falha para a estrutura pedagógica, apontando para as diferentes possibilidades de se reafirmar um fato histórico. Tem-se como método a história das mentalidades, fundamentada em Georges Duby, em que a história apresenta-se como um estudo dos comportamentos mentais. Quando essa história se transforma em drama, trama de intrigas ou então biografia modelos de pensamentos que se expressão de forma mais nítida num recurso fílmico.

Por se tratar de uma pesquisa no campo historiográfico, o uso recorrente do passado, far-se-á, ainda mais necessário do que em outras ciências da humanidade. O passado passa a ser visto como um dos lados de um arco-íris, o entendimento verdadeiro de como e onde ele se inicia leva ao itinerário do pote de ouro, ou, no caso da história, o ponto inicial para a compreensão real das relações que permeiam o desenvolvimento do tempo presente, sejam elas econômicas, políticas e/ou sociais.

Assim, em defesa ao passado histórico do qual o filme surge como uma possibilidade para o debate metodológico ao historiador deve fazer um retrocesso ao ponto de entender as relações sociais – ainda que de uma forma muito geral -, que ocorriam antes e paralelamente ao seu surgimento. Deste modo, tem-se entre o último terço do século XIX até o início do século XX, o fazer histórico estritamente baseado em documentos escritos, no qual se denominou como ‘*escola erudita*’ ou ‘*método positivista*’. Segundo esse método, abandonavam-se todas as questões de cunho teórico metodológicas, que por sua própria essência, possuíam maior dificuldade em se objetivar enquanto conhecimento histórico, empregando-se unicamente as fontes documentais, que por sua vez, faziam-se mais concretas, sendo possível, desta maneira, estabelecer uma comparação empírica entre os dados e a interpretação racional dos fatos.

Todavia, este método conseguia acumular uma quantidade enorme de fatos não interpretados, justamente por permearem um campo mais subjetivo e social. É preciso deixar claro, desde já, que não é objetivo desta pesquisa fazer uma análise crítica sobre os métodos positivistas, mostrando as suas nuances do fazer histórico deles em relação aos *Annales*, analogamente como foi feito pelos pensadores renascentistas quando descreviam a Idade Média, como o período das trevas, do obscurantismo e etc. Com isso, entende-se que cada linha metodológica de pensamento histórico é de extrema importância para a sua época. Se o método positivista teve êxito, é porque, justamente, fez-se necessário ao século XIX, pois, com tal método, foi possível um extraordinário avanço do trabalho filológico, com a decifração de hierógrafos, por exemplo. Assim, a Europa do século XIX, foi sinônimo de um grande florescimento da erudição e dos repertórios documentais o que, conseqüentemente, possibilitou um desenvolvimento a favor das ciências auxiliares e interpretação de fontes.

Contudo, no século XX, vê-se uma mudança notável na maneira como um vasto número de eruditos questionavam o saber histórico, entrava em conflito o espaço que se via o documento como o princípio das investigações historiográficas, pois esse, detia-se somente às críticas internas e externas de um dado documento. Passa-se analisar, então, esse problema, ou

mais especificamente, as questões formuladas pelo historiador, desta forma estrutural. O historiador deixa de pensar somente nos documentos de maneira isolada e engloba-o no processo humano e criador. Nasce a *'Escola dos Annales'* causando uma revolução nos estudos históricos do século XX.

Segundo o historiador mexicano Carlos Antonio Aguierre Rojas, os *Annales*, sem dúvida marcaram profundamente o fazer histórico. O autor relata que: “falar, pois, de história na atualidade, ou referir-se diretamente à história da historiografia do século XX, torna-se impossível sem a necessária referência à corrente dos Annales (AGUIERRE ROJAS, 2004, p. 10)”. Ainda segundo o autor:

Tratou-se de uma revolução radical e integral do, até então dominante, ofício do historiador, que não tinha parâmetro algum dentro do seu próprio século XX, cheio de importantes transformações dos modos de fazer historiográficos (AGUIERRE ROJAS, 2004, p. 67).

Deste modo, o fazer histórico significou um retorno ‘positivo’ ao papel do sujeito na produção do conhecimento histórico. Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da revista *Annales D'Historire Économique et Sociale*, realizaram com suas publicações, uma renovação interna e externa na própria oficina do historiador, uma renovação dos procedimentos historiográficos.

Propunham assim, ao contrário de uma história de reis, imperadores, governantes, tratados, batalhas, uma história problematizadora, na qual se traduzia no uso de hipóteses e iriam servir como fio condutor, articulando todos os passos analíticos do processo de pesquisa. Queriam, ainda, uma “abertura” do historiador as práticas das outras ciências sociais e, o que era mais óbvio, uma alteração na ênfase temática, explícita no primeiro título da revista, *Anais de História Econômica e Social*. Contra a concepção positivista de conhecimento, que acreditava na ausência de pressupostos ideológicos e, portanto, na neutralidade do historiador. Os representantes da revista *Annales* reafirmaram o papel do historiador como aquele que constrói e recorta o seu objetivo de estudo (SALIBA, 1993).

Foi em meio a essas modificações que o cinema passou a ganhar um espaço maior e uma perspectiva diferente, ainda que nos primórdios de seu surgimento tenha sido um grande alvo de críticas e estigmatizado pela classe intelectual da época. Segundo tais doutos, tratava-se pois, de uma máquina de embrutecimento, vista somente por uma classe iletrada, mais humilde da camada social, que conseguiam se entreter com tais representações ilusórias. Segundo Ferro (1975), para os juristas, pessoas instruídas, a sociedade dirigente, o Estado, o que não é escrito (a imagem), não possuía qualquer forma de identidade, impossibilitando qualquer ato dos historiadores fazerem referências ou citações baseadas em obras fílmicas. Ferro aborda que:

Sem vez nem lei, órfã, prostituindo-se para o povo, a imagem não poderia ser uma companhia para esses grandes personagens que constituem a Sociedade do historiador: artigos de leis, tratados de comércio, declarações ministeriais, ordens operacionais, discursos. Além do mais, como se fiar nos jornais cinematográficos quando todos sabem que essas imagens, essa pretensa representação da realidade, são selecionáveis, modificáveis, transformáveis, porque se reúnem por uma montagem não controlável, um truque, uma falsificação. O historiador não poderia apoiar-se em documentos desse tipo. Todos sabem que ele trabalha numa caixa de vidro, “eis minhas referências, minhas hipóteses, minhas provas”. Não viria ao pensamento de ninguém que a escolha de seus documentos, sua reunião, a ordenação de seus argumentos têm igualmente uma montagem, um truque, uma falsificação (FERRO, 1975, p.4).

Destarte, entende-se que assim como o homem não nasce com o domínio sobre os próprios pés, tendo que esperar por algum tempo até que possa dar os seus primeiros passos, o filme também passou por esse processo, pois, foi somente depois de mais ou menos cinquenta anos após o seu surgimento, que tal gênero passou a ser reconhecido como fonte histórica,

uma vez que, constaram que o cinema em sua expressão “fascina e inquieta; eles perceberam, que mesmo fiscalizado um filme testemunha (FERRO, 1975, p. 5)”. Segundo o autor, tal fascínio e inquietação só são possíveis quando o homem utiliza-o para compreender a sociedade atual.

É preciso ressaltar, que por mais que o filme seja um produto autêntico do método dos *Annales*, uma das variantes sobre as possibilidades de análises de tal gênero recorre à tradição erudita, em que se verifica a similaridade do filme com o contexto representado. Ferro argumenta que tal método consistia em “verificar se a reconstituição é precisa, se os soldados franceses de 1914 não estavam usando capacete – erroneamente, visto que só começaram a usá-lo a partir de 1916 (FERRO, 1989, p. 63)”, ou seja, consistia em observar se os cenários e as externas eram fiéis e/ou se os diálogos eram realmente autênticos; uma verdadeira crítica erudita.

Ainda que Ferro mostre que o “filme histórico é apreciado tanto em seu sentido, quanto em sua essência (FERRO, 1989, p. 64)”, o presente artigo se delimitará, em investigar de que maneira, o uso do filme pode ser compreendido como uma contra-análise da sociedade, ou seja, no que diz respeito a sua significação; como a partir das mentalidades coletivas, será possível analisar o filme ‘Salve Geral’ como parte de uma história não contada. De acordo com Cardoso e Brignoli (1983), tal empreendimento torna-se viável, uma vez que, o trabalho historiográfico das mentalidades, tem como princípio o abandono das limitações realizadas nas expressões superiores do espírito humano – artes, teologias, filosofias, etc. –, para estender-se aos aspectos do cotidiano. Segundo eles é possível afirmar que:

As mentalidades coletivas, com todos os seus matizes e manifestações, ingressaram no campo de trabalho da pesquisa histórica [...] já não se considera a psicologia humana um dado invariável ou constante, reflexo do que as vezes é tido como uma abstrata e universal natureza humana: os historiadores começaram a vê-la como um dos aspectos de um cambiante contexto histórico-social global (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 395).

Ainda tentando buscar uma compreensão mais clara sobre o método, recorre-se a Carlo Guinzburg que no prefácio a edição italiana de seu livro *O queijo e os vermes*, no qual retrata o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição. É proposta uma breve investigação sobre como se entende a perspectiva das mentalidades como método para ato do fazer histórico. A literatura retrata a partir da visão de mundo de um moleiro – um representante de uma classe social, que durante todo o fazer histórico encontrava-se condenado a permanecer em silêncio –, a possibilidade de análise de um período histórico com uma nova perspectiva que não é a dominante. Assim, segundo Guinzburg o que tem caracterizado os estudos de história das mentalidades é, justamente, a insistência que se dá aos elementos inertes e obscuros, inconscientes de uma determinada visão mundo.

Quando tal metodologia é transferida para as obras ferrorianas, vê-se que a proposta de uma análise fílmica pensada a partir de uma contra-análise é: - olhar para o objeto fílmico como um produto totalmente emancipado das dominações estatais, ou de outras forças de poderes atuantes na sociedade. Desta forma, o filme consegue transpor os limites da homogeneidade imposta pelo Estado (ENEM, ENADE, Prova Brasil, PISA, etc.), para atuar como expressão singular, uma vez que, se encontra fora dos controles de produção. Ainda que haja censura, Ferro acredita que é impossível detê-lo. O filme para o autor, possui uma tensão extremamente peculiar, pois, ele consegue expor os elementos dos quais se tornam ferramentas nas mãos do historiador para fazerem uma análise em todas as instâncias do social, diversa da que é proposta pelo próprio sistema, tanto o poder constituído, quanto os que são oposição.

De acordo com Morettin (2003), neste sentido o filme atinge as estruturas da sociedade e paralelamente age como um contra-poder. Para o autor, sua força reside na

possibilidade de exprimir uma ideologia nova, independente, que pode ser visto mesmo nos regimes totalitários. Destarte, sendo “ficção ou não, uma imagem sempre é ultrapassada por seu conteúdo: portanto, ela não é simples reprodução do ‘real’, daquilo que o cinegrafista julga ser a realidade (FERRO, 1989, p. 66)”. Segundo esta perspectiva, percebe-se a visão de Marc Ferro sobre o fílmico como uma expressão direta de autonomia, visto que, o filme possui tensões próprias. Contudo, crê-se, essa emancipação ou autonomia do filme em relação às outras instâncias da sociedade não pode lhe dar a liberdade de isolar-se das outras ciências, mas sim, vir a completá-las.

Talvez, seja por esses motivos que ainda há certa incompatibilidade com as ideias de América Xavier Barros Monteiro, mesmo que se defenda o mesmo recurso, como fonte histórica. Segundo Barros, o filme é o que há de mais inovador em educação, sendo que:

Nenhum outro elemento concorre de forma mais eficazmente como guia educativo e instrutivo, porque, apossado de todos os conhecimentos humanos, desperta o interesse das crianças, facilitando-lhes o esforço cerebral de maneira sedutora. [...] Quão fecundo e deleitoso será o ensino quando o professor puder substituir o livro pela projeção?! (BARROS, apud, Carvalho, 2003, 01 grifos nossos).

Acredita-se que o filme seja uma forma de complementar a história e não a própria história de forma plena. O filme deve ser utilizado como auxiliar às outras formas de ensino. É mostrar para o aluno que é possível utilizar-se de um filme quando tomado como fonte histórica, para desvendar a rede de micro poderes, de expectativas de mercado e de representações que surgem na sociedade espontaneamente com o tempo, ou seja, o filme acaba por mostrar o que aparentemente não se está visível aos olhos.

É nesse sentido que a análise do filme se faz pertinente como fonte para os estudos historiográficos, pois, se coloca uma história que os livros didáticos não trazem, ou seja, uma contra-análise. Apresenta-se outra interpretação possível, uma forma de se entender o período abordado pelo filme sobre outra perspectiva, que, a saber, no caso do filme em questão, é a dos marginalizados socialmente.

Deste modo, quando expõe os marginalizados como outra interpretação da sociedade, coloca-se a história atual em questão, relativizando-a com o filme, o que nos possibilitará ter outras formas interpretativas da história. Portanto, o uso do recurso fílmico, irá adquirir caráter documental, na medida em que, nos ajuda a compreender o ser humano enquanto um ser social, em todas as instâncias da sociedade e não simplesmente o âmbito político, ou a partir de uma determinada classe social, possibilita, a entender as dicotomias sociais e como o esse homem as vê e se expressa nelas. Lembrando sempre que o filme nunca é realidade, mas uma representação, que não possui o caráter de ser verdadeiro ou não, assim cabe ao historiador, retirar dele os conteúdos pertinentes a sua pesquisa.

Bibliografia

DUBY, Georges. *Para uma História das Mentalidades*. Tradução de Amélia Joaquim. TERRAMAR: Lisboa-Portugal, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação a ed. Brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

FERRO, Marc. *Filme: Uma contra-análise da Sociedade?* 1975. Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/oficinas/historia/reverso/downloads/MarcFerro.pdf>. Data de acesso: 10/07/2009

FERRO, Marc. *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GUINZBURG, Carlo: *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Uma História dos Annales (1921-2001)*. Tradução de Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004.

SALIBA, Elias Thomé. *Coletânea lições de cinema*. São Paulo, 1993.

BARROS, José D' Assunção. *Cinema: forma de expressão artística e fonte*

histórica. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Severino

Sombra, p. 1-16. Disponível em: http://www.uss.br/web/arquivos/textos_historia/

Jose_Simposio_USS_nov_2006_Assuncao.pdf. Acesso em 20/07/2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MORETTIN, Eduardo Victorio. *O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/2713/2250>. Data de acesso: 20/07/2009.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. *Conhecimento da história e da educação: o cinema como fonte alternativa*. Revista Comunicações – Revista do Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, ano 10, nº 2, Dez/2003, p. 183-193.